

Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

Sexual harassment at the university: means of resistance and mobilization

Mariana Gomes ¹

Resumo: A pesquisa apresenta uma análise do assédio sexual no meio universitário, interpretando os possíveis tipos existentes e a relação do fenômeno com o entendimento de gênero, a partir de Scott (1995), sobre a diferenciação social entre mulheres e homens. O estudo se motivou pelo levantamento realizado em 2018 na pesquisa *Entre salas, corredores e laboratórios: percepções das/dos estudantes sobre violência contra as mulheres no ambiente universitário*, demonstrando que alunas e alunos de graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora percebem tal violência de maneira distinta. O objetivo é entender como o problema é tratado pela administração superior, analisando dados, notícias dos casos, e as motivações das manifestações dos coletivos feministas no movimento estudantil.

Palavras -Chave: Assédio sexual. Violência de gênero. Universidades públicas. Coletivos feministas.

Abstract: The research presents an analysis of sexual harassment in the university environment, interpreting the possible existing types and the relation of the phenomenon with the understanding of gender, based on Scott (1995), about the social differentiation between women and men. The study was motivated by the survey conducted in 2018 in the research *Between rooms, hallways, and labs: student's perceptions of violence against women in the university environment*, demonstrating that female and male undergraduate students at the Universidade Federal de Juiz de Fora perceive such violence differently. The goal is to understand how the problem is treated by the higher administration, analyzing data, news of the cases, and the motivations of the manifestations of the feminist collectives in the student movement.

Keywords: Sexual harassment. Gender violence. Public universities. Feminist collectives.

¹ Mariana Gomes. Bacharela em Ciências Humanas, graduanda em Ciências Sociais – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2331-6222>. E-mail: mariana.gomes@outlook.com.br. O presente artigo deriva de trabalho apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

1. Introdução

No campo de estudos sobre gênero, mais especificamente, sobre violência contra a mulher, o assédio sexual tem sido cada vez mais abordado no ambiente acadêmico em caráter multidisciplinar. A temática atingiu recentemente mobilizações na política, nas mídias, em organizações não-governamentais e instituições transnacionais. Na área das Ciências Sociais, os estudos de gênero têm apresentado avanços importantes na produção de conhecimento sobre as diferentes culturas e sociedades, transpondo a problemática das mulheres em uma exposição de formas estruturais de injustiça e violência que as atingem. A presente pesquisa pretende contribuir para esses estudos focando na pontuação de diferentes formas de violência de gênero no meio universitário, que embora já tenha despertado a atenção de acadêmicos e gestores públicos, ainda não foi objeto de muitas pesquisas empíricas.

Para analisar essa questão, teremos como recorte a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Situada num contexto de recente expansão devido ao programa do governo federal de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras, o REUNI, a UFJF conta atualmente com 35 cursos de graduação, possuindo cerca de 18 mil estudantes, sendo mais da metade (10.822) matriculados nos cursos de graduação (UFJF, 2023). Como importante polo educacional na Zona da Mata mineira, a instituição conta com uma extensa e plural comunidade acadêmica e por isso, ela se torna *locus* privilegiado, já que esse contexto pode reproduzir variados tipos de violências praticadas contra as mulheres. O objetivo principal é entender como esse problema vem sendo tratado pela administração superior da universidade em questão, bem como as razões das crescentes manifestações dos coletivos feministas no movimento estudantil.

2. O Assédio Sexual



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

Entender o que se trata assédio sexual exige uma análise extensa de fatores, aparentemente, desconexos. Social, econômico, cultural, tudo o que participa da construção das sociedades são análises possíveis para se estudar a respeito. Contudo, a ausência de pesquisas e informações sobre a violência de conotação sexual na universidade dificulta todo o processo de assimilação, denúncia, punição e conscientização desta problemática cada vez mais presente nas mídias brasileiras.

Segundo a Lei 10.224, de 2001 (BRASIL, 2001), a justiça brasileira tipificou o assédio sexual como crime, prevendo, no artigo 216-A do Código Penal, que:

[...] constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, pode ser punido com detenção de um a dois anos.

Observa-se na legislação a tendência que reflete a interpretação mais comum acerca do assédio sexual, como se estivesse restrito aos ambientes trabalhistas, negligenciando o cenário real da violência. O assédio não se restringe ao cenário “o chefe e a secretária”, muito menos acontece somente nas relações de trabalho. A tipificação do assédio na lei não engloba, portanto, outras formas de ocorrência, assim como não necessariamente culmina em uma resolução penal dos casos. Explicitar o que é o assédio sexual e quais suas possíveis formas de ocorrência é um dos primeiros passos para combatê-lo. Além disso, partindo do entendimento de que as relações entre homens e mulheres são desiguais, havendo uma construção social que valoriza atributos distintos entre ambos, é necessário recorrermos a um referencial teórico sobre o conceito de gênero e as implicações desta relação desigual com a complexidade de se reconhecer outros atos que também são formas de assédio sexual.

Propomos então, inicialmente, pensar o assédio sexual, em sua “condição de superior hierárquico”, sob uma perspectiva antropológica e de gênero pela percepção do impacto do entendimento de gênero enquanto categoria de análise da construção social dos indivíduos e das relações de poder (SCOTT, 1995). Para Joan Scott (1995), o gênero é



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos.

Dessa forma, compreender que as condutas sociais de homens e mulheres são pautadas em uma construção cultural repleta de significados atribuídos ao que é “ser homem” e o que é “ser mulher”, onde a ideia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos (SCOTT, 1995), é um passo inicial para se entender o porquê de o assédio acometer, em grande maioria, as mulheres, bem como a dificuldade de se perceber certos tipos de violência.

É a partir de estudos de feministas americanas que o assédio sexual passa a se referir a condutas masculinas de discriminação contra mulheres, ganhando reconhecimento jurídico nos anos 80 (ALEMANY, 2009). Desde então, reconhece-se que o assédio sexual se relaciona muito mais às questões de gênero e acomete, em sua inegável maioria, as mulheres, justamente pela organização social da diferença sexual (SCOTT, 1995), responsável pela reafirmação da desigualdade entre homens e mulheres e, até mesmo, uma tentativa de se justificar biologicamente comportamentos violentos. Delimitar a associação do assédio sexual aos papéis de gênero é fundamental para o entendimento da complexidade do fenômeno.

No ambiente de trabalho, as hierarquias funcionais; nas ruas, a “fragilidade” ou “provocação” feminina; o assédio sexual pode ser entendido como consequência do desejo masculino de se fazer dominante ao feminino e usar, para isso, de sua “brutalidade e virilidade”, características valorizadas no papel social dos homens. Das mulheres, se espera a submissão ao marido, às cantadas do chefe e, até mesmo o reconhecimento da suposta valorização que justifica as investidas indesejadas. Todo esse cenário ainda é presente para a maioria da população brasileira, influenciando, inclusive, nas interpretações equivocadas, como aponta Rachel Franzan Fukuda (2012, p. 3).

Acreditamos que existe uma dificuldade em caracterizar o crime de assédio por parte das instituições sociais, cujo fundamento está em nosso padrão cultural que legitima comportamentos sexuais predatórios por parte do homem, e termina por não incriminar a conduta do agressor, tratando o assédio como um problema nas relações de trabalho, e não como uma violência contra a mulher.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

O incômodo passa a ser maior quando as mulheres começam a se questionar sobre a cultura machista em seus ambientes de convívio. O movimento de emancipação feminina cresce durante o século XX, e as mulheres passam a se ver cada vez mais independentes dos homens, financeira e emocionalmente, fator fundamental para a transformação do entendimento dessas atitudes anteriormente consideradas banais.

Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), as mulheres ocupam pouco mais da metade da população brasileira (51,1%) (IBGE, 2021), e suas conquistas ao mercado de trabalho e na academia tornam tão visíveis quanto ocorrentes os casos de assédio no Brasil. Mesmo assim, são muitos os fatores que fazem com que esta luta seja complexa e exaustiva, como a dificuldade de acesso à justiça ou a demora nos processos.

É nesse contexto que surge a necessidade desta pesquisa, elaborando um recorte dentro das universidades. Pouco se fala das violências sexuais fora dos ambientes de trabalho e o meio universitário também envolve as mais diversas relações, profissionais e/ou educacionais. Sendo assim, propício aos mesmos problemas e com soluções ainda mais complexas. Para falar sobre assédio nas universidades, precisaremos fragmentar a análise nas múltiplas possibilidades de casos, e entender a burocracia que envolve os processos de denúncias.

3. Dentro das Universidades

Pioneiros no assunto, o Instituto Avon realizou, entre setembro e outubro de 2015, uma pesquisa, em parceria com o Data Popular, para investigar a percepção de estudantes de graduação e pós-graduação de todo o país a respeito do problema da violência contra as mulheres no meio universitário. Entre a lista apresentada, 67% das mulheres afirmaram terem sido submetidas a algum tipo de violência, incluindo agressões morais, psicológicas, verbais ou sexuais. Por outro lado, apenas 38% dos homens reconhecem terem praticado alguma das violências em questão (DATA POPULAR/INSTITUTO AVON, 2015).



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

Os casos dentro das universidades públicas têm tomado as mídias com mais frequência. Motivadas principalmente pela impunidade e culpabilização, as vítimas usam, atualmente, as redes sociais como forma de protesto, fator que tem contribuído para a impossibilidade, tão recorrente, do abafamento por parte das instituições. Despreparo, burocracias, machismos institucionais, faltam ouvidorias e estudos para se alcançar o suporte necessário aos casos de assédio sexual. Entre as universidades públicas, onde se enquadra a Universidade Federal de Juiz de Fora, o contexto torna-se ainda mais complexo. Silvia da Costa (1995, p. 116) enumera que

[...] as empresas públicas têm menores condições de resolver as questões de assédio sexual [...]. A burocracia, o engessamento das normas [...] e a estabilidade quase vitalícia dos funcionários [...] tornam inexecutáveis as medidas preventivas e de combate.

Novamente presentes, as relações de poder ancoram a sensação de impunidade dos agressores. Os silenciamentos das instituições, por sua vez, contribuem para o cenário de situações que potencializam o poder do agressor sobre a vítima e desencorajam as denúncias. A falta de recursos formais, ou mesmo seus processos lentos, também torna o conhecimento dos casos restrito à esfera informal, reforçando toda a atmosfera tendenciosa que cerca o tabu na sociedade.

Uma pesquisa realizada em 2018 pelo Centro de Pesquisas Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora demonstrou que 23% das alunas da graduação do campus de Juiz de Fora relataram já ter sofrido algum tipo de violência dentro da universidade e 77,7% das mesmas declararam já terem sentido medo de sofrer violência no ambiente universitário. Além disso, 78,3% delas já deixaram de circular ou permanecer na instituição devido ao medo da violência. O estudo *Entre salas, corredores e laboratórios: percepções das/dos estudantes sobre violência contra as mulheres no ambiente universitário* também demonstra que, entre os estudantes de cursos presenciais de graduação, 17,9% dos alunos do sexo masculino se sentem inseguros ou muito inseguros dentro da UFJF. Entre as alunas, a taxa sobe para 45,1% delas. Ademais,



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

47,2% dos alunos e alunas da instituição declara já ter denunciado ou conhecer alguém que tenha denunciado uma situação de violência contra a mulher dentro da UFJF².

3.1. Trotes e Festas

Em 2014, a Assembleia Legislativa de São Paulo formou a Comissão Parlamentar de Inquérito³ especializada na investigação de violações aos direitos humanos nas universidades do estado. A famosa *CPI dos Trotes*, tradicional costume das universidades e, em sua maioria, apoiados em práticas de humilhação – uma vez que reforça a relação desigual entre “veteranos” versus “calouros”, fundamentalmente baseada na subordinação – foi motivada por casos públicos de denúncia a estupros, ocorridos na faculdade de medicina da Universidade de São Paulo.

Além disso, trotes universitários já resultaram em diversos tipos de violência, incluindo a morte de um estudante, na mesma instituição da capital paulista, em 1999. A repercussão midiática e o aumento significativo de denúncias, principalmente de cunho sexual, resultaram em proibição por lei em diversos estados brasileiros. A exposição dos casos levou a Universidade Federal de Juiz de Fora a se adequar. Na cidade, a Lei Municipal nº13.028/2014 (JUIZ DE FORA, 2014) instaurou a proibição da prática em locais públicos, com penalidade de multa. A estratégia efetivou a diminuição das práticas de humilhação.

Menos expostos, alcançando o limite municipal, os processos de festas universitárias na instituição de Juiz de Fora também precisaram ser revistos após os boatos de estupros e assaltos serem veiculados nas mídias da região. Com normas mais

² Dados da pesquisa *Entre salas, corredores e laboratórios: percepções das/dos estudantes sobre violência contra as mulheres no ambiente universitário*, apresentados no Seminário *Sororidade e Resistência*, promovido pelo Coletivo Marielle Franco em novembro de 2018, na Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 55, de 02/12/2014, do Presidente da Assembleia, mediante Requerimento nº 2423, de 2014, do Deputado Adriano Diogo e outros, fundamentada no artigo 13, § 2º, da Constituição Estadual, além do artigo 34, § 2º, e do artigo 34-A, da XIV Consolidação do Regimento Interno, com a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados ‘trotes’, festas e no seu cotidiano acadêmico”.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

rígidas, a Universidade Federal de Juiz de Fora demonstrou preocupação com os casos de violência de gênero que se tornaram de conhecimento público.

3.2. Assédio entre funcionários

Diferentemente das festas e trotes, em que as notícias tomam proporções maiores, uma das possibilidades de relações de poder inseridas no meio acadêmico se assemelha aos assédios sexuais nas empresas. A vivência e convivência dos mais diversos tipos de empregados em disposições hierárquicas, junto à impunidade e silenciamento das vítimas, propiciam a ocorrência do assédio sexual no ambiente trabalhista. A ausência de ouvidorias específicas e a complexidade das diferentes possibilidades de abuso no meio universitário tornam limitados os debates sobre os casos neste agrupamento. Professoras e técnicas-administrativas, sendo as últimas ainda mais silenciadas, dada a hierarquia profissional dos ambientes trabalhistas. Os assédios, nesses casos, refletem as ideologias da cultura machista em que as mulheres são vistas como inferiores intelectualmente ou dispostas às subserviências perante seus colegas de trabalho.

Em outubro de 2017, dentro da UFJF, as Pró-Reitorias de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil, a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas e as Diretorias de Ações Afirmativas e de Imagem Institucional se reuniram para criar uma série de debates sobre o tema. Em um dos eventos, a palestra focada em assédio no ambiente de trabalho, o convidado foi o professor de psicologia da Universidade de Campinas, José Roberto Heloani, que se atentou na diferenciação entre assédio e discriminações diversas. O evento levou à reflexão e à pontualidade na declaração do técnico-administrativo em educação, Márcio Sá Fortes, em entrevista ao Portal UFJF – Notícias:

A discussão é muito importante para a categoria, principalmente porque ajuda a desmistificar a noção de que não existe assédio no serviço público. A partir do momento em que apresentamos os conceitos, mostramos o que, de fato, é



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

assédio, e, assim, tornamos as políticas institucionais mais qualificadas para debater o assunto (ASSÉDIOS..., 2017, texto eletrônico).

Contudo, ainda hoje pouco se fala sobre esta configuração nas universidades. Os debates se restringem às palestras eventuais direcionadas aos funcionários da instituição, sendo a mais recente a citada, tendo sido exposta apenas nos portais de notícias da própria Universidade Federal de Juiz de Fora.

3.3. Assédio entre alunos e alunas

Muito além dos casos ocorridos em festas universitárias, o assédio sexual entre alunos é passível de existir na rotina estudantil das mulheres e um dos exemplos em que há menor influência das relações de poder típicas das demarcações hierárquicas. Sua análise pode ser interpretada, de forma geral, como os casos pautados na construção social dos papéis de gênero, mantidos na contemporaneidade. No meio acadêmico, as mulheres alcançaram locais antes pautados como tipicamente masculinos, contudo, suas permanências ainda se mantêm com o medo e restrições constantes devido aos casos de violência sexual e moral. Vulneráveis quanto às medidas legais de denúncia, os casos de alunas vítimas de assédio por parte de colegas de classe, geralmente, não são formalizados e desencadeiam um cenário de silenciamento totalmente desfavorável a elas que, muitas vezes, acabam desistindo de seus cursos enquanto os culpados se veem diante da impunidade. No âmbito de pesquisas, não se tornam públicos os acontecimentos desse tipo, tornando complexa a efetivação de punições.

3.4. Assédio entre professores e alunas

Os mais recentes casos noticiados dizem respeito ao assédio entre docentes e discentes, relação tratada como tabu e que demanda uma análise mais profunda. Dentro das universidades, o contato entre professores e alunas atinge uma atmosfera mais densa, comparado ao período de educação básica. De educador à orientador, as



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

informalidades são comuns nessa relação acadêmica e o contato é mais direto. Ainda assim, as questões éticas são fundamentais, bem como direitos e deveres legais de ambos os lados. Mesmo problemáticas, relações afetivas ou sexuais entre professores e alunas não são, de fato, proibidas por lei. Contudo, todo o tabu construído a respeito da possibilidade é fundamental para as complicações na identificação e penalização efetiva dos casos de assédio, especificamente. Importante perceber, em primeiro instante, que em sua maioria, as relações entre professores e alunas são carregadas de contextos sexuais de dominação, geralmente envolvendo docentes homens.

Considerando apenas quando não há consentimento e se efetiva, então, o assédio, percebemos que esta construção cultural reforça os papéis de gênero e cria a complexidade dos casos que, na maioria das vezes, acaba desmoralizando a vítima e acobertando o acusado.

No estudo sobre a percepção dos alunos da UFJF quanto à violência contra a mulher no ambiente universitário, 70,2% das alunas e 59,7% dos alunos consideram os escadões da UFJF como sendo os locais mais inseguros para as mulheres. Em seguida, são ordenados como inseguros os portões de acesso, pontos de ônibus e estacionamentos. Logo após, 57,1% das alunas e 43,9% dos alunos consideram os gabinetes de professores/as como um local inseguro para as mulheres (PESSÔA, 2018).

Nessa categoria e no recorte da pesquisa, a Universidade Federal de Juiz de Fora possui, em âmbito formal, queixas contra assédio moral na Faculdade de Direito do Campus Governador Valadares e em Juiz de Fora, nas Faculdades de Educação Física e Desportos, Engenharia, Educação e Comunicação. Assédios sexuais também foram denunciados formalmente nas Faculdades de Letras e Educação, além do expressivo caso, em 2016, de agressão sexual cometida por um docente à uma aluna, ambos do curso de Odontologia (ARAÚJO, 2016), que será comentado posteriormente.

3.5. Assédio como causa de evasão universitária



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2017, levantamento estatístico realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) anualmente, os recortes de universidades públicas brasileiras e cursos de graduação presenciais registram 1.573.022 matrículas, sendo 52,84% do sexo feminino. Do número total de concluintes (202.804), as mulheres representam 59,01% do grupo. Contudo, dentre todas as matrículas femininas em universidades públicas, apenas 14,40% concluíram seus cursos (INEP, 2017).

Diversos fatores são abordados em estudos sobre a evasão no ensino superior. As discrepâncias dos ensinos superiores e valorização de determinadas áreas são fatores comuns, como mostram reportagens realizadas pelo Jornal do Campus da Universidade de São Paulo e pelo Jornal Digital Nexo. Um estudo de 2012, realizado por Marucia Patta Bardagi e Claudio Simon Hutz, introduziu uma análise sobre a influência das relações acadêmicas com a desistência dos estudantes na continuidade de seus estudos. Os autores apontam que:

Ao falarem sobre a relação estabelecida com colegas e professores, os alunos apontaram que o aspecto do relacionamento interpessoal na universidade foi marcante, tanto como critério para postergar a decisão de saída do curso (quando percebido positivamente) quanto como critério de evasão (quando percebido negativamente). (BARDAGI; HUTZ, 2012, p. 178).

E ainda que:

O mau relacionamento com professores (causado por conflitos, ou desapontamento pela didática, ou relacionamento distante) já havia sido apontado pela literatura como critério de evasão e insatisfação com o curso (CUNHA et al., 2001; QUADROS et al., 2010; SILVA et al., 2006; VELOSO; ALMEIDA, 2001 apud BARDAGI; HUTZ, 2012, p. 181).

Dessa forma, podemos entender o ambiente social e o bem-estar psicológico como possíveis fatores que influenciam na permanência ou desistência dos estudantes nas universidades. Como apontado por Isaac Charam (1997) em transcrição do Manual Preventivo de Assédio Sexual. Questão de Poder, publicado pelo Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

É importante perceber que o Assédio Sexual pode destruir carreiras profissionais [...] pode provocar no indivíduo sérios danos à autoconfiança, enfraquecer a saúde física e mental, além de diminuir a capacidade de trabalho (CHARAM, 1997, p. 158).

As mulheres, enquanto maiores vítimas do assédio sexual, ficam suscetíveis a esse cenário de desgaste psicológico em suas trajetórias acadêmicas. O medo do assédio propriamente dito, o medo das represálias devido aos processos de denúncias e o desamparo institucional, certamente podem influenciar seus desempenhos estudantis e profissionais. Apesar de não termos pesquisas exclusivas sobre a temática no Brasil, recentemente as Academias Nacionais de Ciência, Engenharia e Medicina, dos Estados Unidos publicaram um estudo intitulado *Assédio Sexual Contra as Mulheres: Clima, Cultura e Consequências nas Academias de Ciência, Engenharia e Medicina*, que demonstrou os danos significativos que os casos de assédio sexual trazem às pesquisas e campos acadêmicos. Como conclusões, o estudo reforçou a relação entre a causalidade do assédio com gênero e a influência negativa que os casos acarretam no sucesso profissional e acadêmico das mulheres, além de suas integridades físicas e mentais (VALDÉS, 2018).

4. As Denúncias

As notícias atingiram nível nacional e inauguraram a preocupação pública sobre os casos de violência sexual dentro da UFJF. A aluna de Odontologia, de 23 anos, relatou à diretoria da instituição, na presença da Polícia Militar, os assédios e ameaças que sofreu de um professor de seu curso, de 61 anos. O processo se iniciou em junho de 2016 e se estendeu até fevereiro de 2017. Nesse período, o docente chegou a retomar suas funções após uma licença médica datada até 25 de agosto de 2016 e, após uma mobilização do Diretório Central dos Estudantes, ele foi afastado em novembro, e deu-se continuidade ao processo (ARAÚJO, 2016).



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

As oscilações do caso se prolongaram por cerca de três meses, até a negativa da instituição ao recurso requerido pelo acusado, resultando na demissão do mesmo. Durante o período, as notícias sobre violências sexuais e assédios dentro do campus de Juiz de Fora cresceram, principalmente nas mídias locais, apesar da maioria permanecer sem formalização das denúncias. A exposição desencadeou a agilidade da instituição na criação e aprovação do Conselho Superior de uma Ouvidoria Especializada da Diretoria de Ações Afirmativas, preparada para receber e encaminhar administrativamente os depoimentos sobre violência, discriminação e opressão vivenciados no ambiente universitário (UFJF..., 2017).

Vigente desde 2016, a ouvidoria especializada ainda demonstra falhas e os/as alunos/as seguem com a realização de manifestações dentro do campus exigindo respostas e efetivações dos processos.

Segundo o levantamento da pesquisa *Entre salas, corredores e laboratórios: percepções das/dos estudantes sobre violência contra as mulheres no ambiente universitário*, 11,7% dos alunos que realizaram denúncias de violência procuraram o DCE (Diretório Central dos Estudantes), os centros e diretórios acadêmicos (CAs e DAs) ou os coletivos. Em segundo lugar, 11,2% das denúncias foram feitas às coordenações de curso. A Ouvidoria Geral e a Ouvidoria Especializada da UFJF foram procuradas em apenas 8,7% e 3,2% dos casos, respectivamente. Os dados sugerem, portanto, que a diferenciação entre a proximidade das instâncias em relação aos discentes é um fator que influencia na percepção de a quem as alunas e alunos devem recorrer ao denunciar as violências sofridas ou testemunhadas no ambiente universitário ('NÃO...', 2018).

Recentemente, dois departamentos estão sendo vinculados a casos de assédio: a Faculdade de Letras e a Faculdade de Educação. Formalmente, duas alunas denunciaram um professor por assédio moral e sexual e houve forte mobilização nos Jardins da Faculdade de Educação, motivada pelo longo período de espera para a apuração dos casos. Segundo os estudantes, os protestos se dão como uma alternativa de esperança e possibilidades, uma vez que a exposição do problema em uma abordagem generalista faz



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

com que os processos sigilosos em andamento não sejam esquecidos e as vítimas não continuem silenciadas.

A Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas apresenta em seu relatório público anual os dados sobre os processos formalmente denunciados na UFJF. Em nosso contexto de análise, tornam-se relevantes os seguintes dados: entre 11 de junho de 2016 a 04 de maio de 2017, 100% das denúncias foram feitas por mulheres, sendo 78% dos casos, alunas da graduação, 6% pós-graduandas e o restante distribuído entre técnicas-administrativas e servidoras terceirizadas. Quanto à natureza, 22% das vítimas reportaram assédio moral, sexual e constrangimento por professor, sendo em um deles, segundo o relatório, solicitada a retirada da denúncia mediante justificativa por escrito. Abuso sexual por estranho contra uma servidora terceirizada e abuso sexual por aluno em festa possuem, cada um, 6% dos casos denunciados (UFJF, 2017).

No período de maio a dezembro de 2017, outro relatório foi publicado com as análises das novas demandas. Explicita-se uma nova categorização dos casos, agrupados entre denúncia (25%), reclamação (58%) e solicitação (17%), sendo nesse período, divididos em 67% de demandas femininas e 33% masculinas, compreendidas nos três tipos. A graduação ainda concentra o maior número de casos, com 84%. No novo relatório, percebemos um crescimento das demandas e uma manifestação expressiva masculina, contudo, os dados sobre a natureza das queixas são apresentados de forma generalizada. Não há estatísticas explícitas sobre as queixas de assédio sexual, sendo apenas demonstrado que a maioria dos casos (8%) diz respeito à “conduta de docente em sala de aula” (UFJF, 2018).

Em ambos os relatórios, a Ouvidoria Especializada aponta como ações desenvolvidas o atendimento individual, o encaminhamento das demandas ao reitor, as Pró-Reitorias, setores e unidades acadêmicas para ciência e providência das demandas. No ano de 2017, inclui-se parceria com Ouvidoria Geral e Auditoria da UFJF na realização de reuniões semanais para discussão do planejamento estratégico. Também foram realizados alguns eventos com a participação da Ouvidoria, como por exemplo, as



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

palestras propostas em 2017 com recorte de assédio no ambiente de trabalho, bem como outros eventos e campanhas de conscientização realizadas no mesmo ano.

Segundo reportagem do jornal *Tribuna de Minas*, em março de 2016, a Diretoria de Ações Afirmativas propôs uma programação relacionada à comemoração do Dia Internacional das Mulheres, com eventos e palestras centradas na temática de assédio dentro do campus. De acordo com Carolina Bezerra, diretora do órgão na época, *A Universidade é pública, meu corpo não* teve como proposta o desvelamento dos

[...] casos de assédios e violência que acontecem na UFJF, de forma a acolher estas mulheres e também dar o recado aos agressores. Estamos instituindo um núcleo de atenção psicossocial para atender a estas vítimas, acolhendo-as e dando o suporte, pois entendemos que este tipo de situação influencia no seu desenvolvimento acadêmico. Muitas sentem medo e vergonha de denunciar. Elas não querem ser expostas na cidade e correr o risco de sofrerem algum tipo de represália. (RIOLINO, 2016, texto eletrônico).

Também foi apontado na reportagem que seria desenvolvida a análise de eixos centrais do processo: acolhimento das vítimas, mudanças no regimento interno, visando a melhoria nas formas de punição e a continuidade de campanhas educativas no ambiente acadêmico. Os coletivos feministas também estavam presentes no evento como alternativas de diálogos (RIOLINO, 2016).

Desde a década de 1990, com os estudos de Silvia Generali da Costa (1995) e Isaac Charam (1997), é notável a pouca efetividade dos órgãos responsáveis pelas denúncias, quando existentes. Por pouca abordagem, erros institucionais, culturas machistas reforçadas pelos apuradores, são amplos os fatores que tornam extensos e exaustivos os processos. É nesse ambiente que ganham força as estratégias educacionais de conscientização. As denúncias saem do sigilo e ocupam as redes sociais, a mídia passa a ser uma importante aliada na tensão exercida sobre os responsáveis, bem como as ouvidorias. Ainda na entrevista ao *Tribuna de Minas*, Carolina Bezerra reforça que

[...] estes processos de manifestação e de empoderamento dos alunos é muito rico, pois trazem novas questões para o nosso diálogo. Ainda há muita resistência no assunto, mas o grito não é só das feministas, e sim de todas as



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

mulheres, que querem um basta neste tipo de assédio e violência. (RIOLINO, 2016, texto eletrônico).

5. Coletivos feministas

Diante dos obstáculos institucionais enfrentados pelas vítimas de assédio nas universidades e de todo o contexto cultural machista de silenciamento e culpabilização das mesmas, os grupos de apoio se tornam protagonistas nos debates sobre violência contra a mulher. A omissão das universidades, a lentidão dos processos e as dificuldades nas aplicações das penas, reforçados constantemente pelos valores de desigualdade de gênero, muitas vezes fazem com que as vítimas se sintam inseguras para prosseguirem com as denúncias, e também coagidas a trancarem seus cursos ou manterem os casos em sigilo.

Todos esses fatores propiciam o crescimento do assédio em suas diversas configurações e é contra essa possibilidade que se dá a importância dos coletivos como vetores de informação dentro e fora das universidades. Na Universidade Estadual de Campinas, a UNICAMP, o Coletivo Feminista atua desde 2003 como uma iniciativa de alunas pela luta contra a ausência de debates e os desafios das mulheres universitárias. O grupo se tornou referência não só dentro da instituição, como também na cidade e na região de Campinas, com a organização de oficinas, intervenções, eventos e medidas educacionais em todo o universo temático de direitos das mulheres.

Os escândalos e combate aos trotes em São Paulo, por exemplo, contaram com uma expressiva importância da mobilização do Coletivo Feminista Geni, atuante na Faculdade de Medicina da USP desde 2013 (SOUTO, 2017). Em descrição ao portal HuffPost o coletivo define sua atuação:

Combatemos o machismo no contexto da universidade e da saúde, através de rodas de conversa, palestras, intervenções artísticas, debates sobre filmes, participações em eventos sobre o assunto e manifestações. Recentemente denunciemos publicamente assédios sexuais e a cultura de estupro no ambiente da nossa faculdade, que resultou na CPI sobre Violações de Direitos Humanos na Universidades Paulistas. Mantemos contato próximo com a Frente Feminista da USP e diversos outros coletivos feministas, seguindo uma linha interseccional transinclusiva.

Áskesis, v. 10, nº. 02, p.150-172, Jul-Dez, 2021

ISSN: 2238-3069 / DOI: 10.46269/10221.590



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

A problemática e as mobilizações se espalharam pelo país em uma infinidade de grupos feministas formados em diversidades de características, mas comuns em causa: discriminações enfrentadas pelas mulheres na sociedade e nos meios acadêmicos. O Coletivo ComCiência, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a Frente Feminista Universitária de São Paulo, que reúne mais de 50 coletivos de universidade públicas ou privadas do estado são exemplos fornecidos pelo recente projeto de mapeamento MAMU – Mapa de coletivo de mulheres. O site do projeto fornece, de forma acessível, as localizações agrupadas por cada estado brasileiro e informações básicas sobre os coletivos cadastrados, com o objetivo de visibilizar e valorizar os movimentos que têm como foco as mulheres, femininos e feminismos, em suas variadas abrangências (MAMU, 2017).

Dentro da Universidade Federal de Juiz de Fora, formou-se recentemente o Coletivo Marielle Franco – Mulheres UFJF. Integrado por professoras, funcionárias técnicas-administrativas e alunas, o grupo reúne mulheres de todas as posições, considerando e reconhecendo os diversos tipos de assédios no meio universitário. Como objetivo, se propõem a orientar, acolher e fortalecer as mulheres vítimas de violências dentro da UFJF. Desde o ambiente de trabalho ao meio acadêmico, analisar os distintos contextos sociais e discutir sobre as causas e complicadores comuns, a cultura do estupro e o machismo, são fundamentais para o debate com as vítimas e toda a comunidade acadêmica. Entre as estratégias do coletivo, busca-se aplicar a pauta em projetos de pesquisa, extensão universitária, disciplinas de graduação e pós-graduação e ações informativas educacionais.

Grupos de pesquisa também se fazem presentes e importantes no debate de assédios, como o Flores Raras – Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos, da UFJF, além dos movimentos da cidade, como o coletivo Maria Maria, Artemísia – IAD, entre outros que se atentam às mobilizações contra os casos de violência de gênero, incluindo os assédios universitários. Em entrevista ao jornal local *Tribuna de Minas*, durante a mobilização de alunos no Jardim da Faculdade de Educação,



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

Laiz Perrut, integrante do coletivo Maria Maria, sintetiza o objetivo geral dos grupos e das manifestações:

Quando uma mulher faz uma denúncia sobre assédio, outras mulheres que passaram pela mesma situação, com o mesmo professor, tomam coragem de denunciar. O intuito não é só dar visibilidade às queixas, mas mostrar a existência do assédio como um todo na universidade. (RIBEIRO, 2018, texto eletrônico).

De maneira geral, observa-se que as denúncias formais crescem com a visibilidade gerada pelos debates propostos, em sua maioria, pelos coletivos feministas atuantes no meio acadêmico. E mesmo sem suportes especializados, como proposto pelas ouvidorias, os grupos de apoio se tornam, ao mesmo tempo, refúgio e motivação às mulheres universitárias com a empatia muitas vezes inédita com a qual são recebidas. Assim como as notícias nos grandes portais de mídia, a voz dos coletivos acaba por exercer uma pressão nas unidades administrativas de apuração. Talita Toschi, presidente do Diretório Acadêmico da Educação, também no evento e em entrevista ao *Tribuna de Minas*, reitera:

Infelizmente, esses casos não são isolados. Como o movimento corre em sigilo, não podíamos expor os envolvidos. Mas aproveitamos esse espaço para nos manifestar contra o assédio. Pretendemos unir as instituições, os movimentos estudantis, diretores e coordenadores, para que levem essa pauta para discussão nos conselhos superiores. (RIBEIRO, 2018, texto eletrônico).

O movimento feminista está em pauta na atualidade. O debate de gênero toma espaços importantes e contribui para um cenário favorável às pesquisas acadêmicas e formação dos coletivos que, por sua vez, são fundamentais para que as informações não sejam escassas e atinjam um maior número de pessoas.

6. Considerações Finais

As pautas de discriminações estão ganhando espaço nas mídias, principalmente pelas crescentes ações de movimentos feministas em busca por segurança e apoio das



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

mulheres entre si. O cenário, de forma geral, é de informalidade. A mobilização de atrizes hollywoodianas em denúncias de assédio sexual entre os anos de 2017 e 2018 causaram um alvoroço em todo o mundo e encorajou mulheres a se organizarem e divulgarem coletivos, grupos de estudos, e manifestações em diversos meios.

No Brasil, desde a *CPI dos Trotes*, problematiza-se o ambiente das universidades como um espaço onde também ocorrem as violências contra as mulheres, mas o tema ainda carece de debate dentro do próprio contexto acadêmico. As ouvidorias foram criadas recentemente nas universidades de maior porte, com a finalidade de formalizar os processos de denúncia, mas são lentas e burocráticas.

O cenário das vítimas permanece um dilema: denunciar demanda psicologicamente e, por vezes, fisicamente, de uma pessoa já fragilizada; a culpabilização e julgamentos são constantes. E por todos esses fatores, os apoios e alternativas informais acabam sendo uma acolhida mais humanizada e horizontal, principalmente dentro do meio acadêmico. Nos casos apresentados, ficou notório que a exposição pública amedronta o acusado, a ouvidoria e a própria instituição.

Falar sobre qualquer tabu sempre foi uma forma efetiva de se repensar sobre as construções culturais, como assim se enquadra o assédio sexual nas universidades. Não se pode aliviar a tensão dos fatos, tampouco insistir no medo da exposição por parte das vítimas, devido aos inúmeros desafios presentes no processo de denúncia. Transformar a abordagem das discussões sobre assédio sexual está diretamente relacionado à ampliação dos estudos de gênero. As lutas das mulheres por seus direitos não são recentes e não se estabilizaram em condições igualitárias até hoje. A percepção feminina sobre seus próprios corpos, em suas autonomias, suas sexualidades e papéis de gênero são pontos iniciais para o entendimento do assédio em suas mais variadas formas e do reconhecimento de suas condições como vítimas. Sendo assim, os coletivos feministas são, de fato, as principais formas de resistência e mobilização, em uma perspectiva de rede de apoio e ação.

É preciso continuar garantindo que as mulheres vítimas de assédio se sintam amparadas o suficiente, mesmo que de forma não institucionalizada, como feito pelos



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

grupos de redes sociais e coletivos femininos, para expor a situação, não só mediante denúncias formais, mas também em rodas de debate que atinjam o conhecimento público de que o assédio sexual é recorrente e precisa de atenção.

O silenciamento dos casos precisa ser ameaçado através da constante abordagem da problemática, buscando trazer também a reflexão sobre a continuidade de valores machistas e de disparidades de gênero que se manifestam de formas tão violentas e são reproduzidas inclusive no meio acadêmico. Como expectativa, parece promissor apostar em uma abordagem conjunta entre a responsabilização das instituições no processo de formalização das denúncias, juntamente com outras ações preventivas e de acolhimento, de forma que o assédio sexual seja compreendido em sua amplitude de ocorrências, evitando, desta forma, maiores desgastes para as vítimas ou resguardo dos acusados.

Referências bibliográficas

ALEMANY, Carme. Assédio sexual. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ H.; SENOTIER, D.; (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ARAÚJO, Marcos. Aluna da UFJF denuncia professor da Odonto por agressão e assédio sexual. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 23 jun. 2016. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/23-06-2016/aluna-da-ufjf-denuncia-professor-da-odonto-por-agressao-e-assedio-sexual.html>. Acesso em: 2 set. 2018.

“ASSÉDIOS crescem com a nossa omissão”, diz professor sobre a prática no ambiente universitário. **UFJF Notícias**, Juiz de Fora, MG, 17 out. 2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/2017/10/17/assedios-crescem-com-a-nossa-omissao-diz-professor-sobre-a-pratica-no-ambiente-universitario/>. Acesso em: 18 out. 2018.

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Claudio Simon. Rotina acadêmica e relação com colegas e professores: Impacto na evasão universitária. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 43, n. 2, pp. 174-184, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7870/8034>. Acesso em: 18 out. 2018.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

BRASIL. **Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001.** Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001.

CHARAM, Isaac. **O estupro e Assédio Sexual:** como não ser a próxima vítima. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Silvia Generali da. **Assédio Sexual:** Uma Versão Brasileira. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

DATA POPULAR/INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário.** Instituto Patrícia Galvão, 2015. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contraa-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>. Acesso em: 23 set. 2018.

FUKUDA, Rachel Franzan. Assédio Sexual: Uma releitura a partir das relações de gênero. **Revista Simbiótica**, UFES, v.ún., n.01., jun./2012. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512>. Acesso em: 23 set. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).** Quantidade de homens e mulheres. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,mudando%20quando%20comparamos%20grupos%20et%C3%A1rios>. Acesso em: 2 set. 2018.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2017.** Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-da-educacao-superior-2017>. Acesso em: 2 set. 2018.

JUIZ DE FORA. **Lei 13.028, de 23 de setembro de 2014.** Dispõe sobre a vedação da realização do “trote” em vias e Logradouros Públicos no Município de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG: Diário Oficial Eletrônico, 2014. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=34390. Acesso em: 05 nov. 2018.

MAMU - MAPA DE COLETIVOS DE MULHERES. **Projeto de mapeamento de coletivos e grupos brasileiros que tem como foco a mulher, o feminino, o feminismo, nossos ciclos, ritmos, reivindicações e papéis.** Facebook: MAMU. Disponível em: https://www.facebook.com/mapaMAMU?locale=pt_BR. Acesso em: 14 set. 2018.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

“NÃO há outra forma de seguirmos se não for juntas”. **UFJF Notícias**, Juiz de Fora, MG, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2018/11/09/nao-ha-outra-forma-de-seguirmos-se-nao-for-juntas/>. Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

PESSÔA, Júlia. Quase 80% das alunas da UFJF temem violência no campus. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/21-11-2018/quase-80-das-alunas-da-ufjf-temem-violencia-no-campus.html>. Acesso em: 11 jan. 2020.

RIBEIRO, Renan. Estudantes protestam contra assédio na UFJF. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 20 ago. 2018. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/20-08-2018/estudantes-protestam-contr-assedio-na-ufjf.html>. Acesso em: 14 set. 2018.

RIOLINO, Bárbara. A Universidade é pública, meu corpo não. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, MG, 03 mar. 2016. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/03-03-2016/mulheres-contr-a-violencia.html>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, ed. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 9 abr. 2019.

SOUTO, Luiza. Coletivos feministas denunciam, online, agressões nas universidades. **O Globo**, 17 mar. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coletivos-feministas-denunciam-online-agressoes-nas-universidades-21075843>. Acesso em: 07 out. de 2018.

UFJF. **Graduação**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/ensino/graduacao/>. Acesso em: 2 set. 2018.

UFJF. **Relatório das Atividades Desenvolvidas - Ano de 2016**. Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas, maio/2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/diaaf/wp-content/uploads/sites/74/2018/07/Relatorio-de-Atividades-OUVIDORIA-ESPECIALIZADA-2016.pdf>. Acesso em: 7 out. 2018.

UFJF. **Relatório das Atividades Desenvolvidas - Ano 2017**. Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas, jul./2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/diaaf//files/2018/07/Relatorio-de-Atividades-OUVIDORIA-ESPECIALIZADA-2017.pdf>. Acesso em: 7 out. 2018.



Assédio sexual no meio universitário: formas de resistência e mobilização

UFJF nega recurso e demite professor acusado de assédio e agressão. **G1 Zona da Mata**, 21 fev. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2017/02/ufjf-nega-recurso-e-demite-professor-acusado-de-assedio-e-agressao.html>. Acesso em: 2 set. 2018.

VALDÉS, Isabel. Maior relatório já feito sobre assédio sexual na ciência dos EUA revela um abuso sistemático. **El País**, 15 jun. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/13/ciencia/1528899877_715296.html. Acesso em: 2 set. 2018.

Texto recebido em 21/10/2020 e aprovado em 14/08/2021

DOI: 10.46269/10221.590